

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Procedimento Licitatório Presencial nº 006/2024 – Núcleo de Licitação - NLC/PRES.

Objeto: Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia; à elaboração de “Como Construído” (As Built); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários; à entrega final, em condições de funcionamento, da **sede do 6º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (6º BPM) e unidades policiais militares associadas**, a ser implantada no SAFN Quadra 4 Lote Batalhão de Polícia Militar – PMDF, Plano Piloto/DF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. O Procedimento Licitatório Presencial nº 006/2024 teve seu edital republicado em 10 de março de 2025, com a abertura do certame prevista para 14 de maio de 2025, às 9 horas.

1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF nº 169904516.

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento do presentes pedido de esclarecimento, eis que atendem a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

3.1. As razões apresentadas pela empresa interessada incluem as indagações a seguir, que foram respondidas pela área técnica por meio do Despacho 170105626.

| Questionamentos | Respostas |
|---|--|
| <p>1. DA FORMAÇÃO DO VALOR ESTIMADO DA METODOLOGIA</p> <p>Segundo informado no edital e em seus anexos, a formação do valor estimado da contratação foi baseada na média do valor por m² de obras similares (2º, 14º e 15º BPM), atualizada para a data-base de novembro/2024 pelo índice INCC.</p> <p>Ocorre que, conforme consignado na Decisão nº 3919/2024 do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), proferida no âmbito do processo nº 10060/2024 que suspendeu o PLE nº 016/2024-DO/DF, foi determinado que a NOVACAP deveria excluir do cálculo os orçamentos paradigmas anteriores inadequados (como o do CBMDF e da PRF/MA) e considerar obras similares, como a do 15º BPM da PMDF. Adicionalmente, foi determinado que a NOVACAP deveria revisar a metodologia paramétrica adotada, utilizando, como referência, os valores efetivamente homologados, e não os valores estimados constantes dos respectivos editais, conforme também deliberado nas Decisões nºs 2178/2023 e 2179/2023.</p> <p>Entretanto, com o devido respeito, a utilização isolada dos valores homologados tende a não representar o real custo de mercado da obra, dada a aplicação de deságios decorrentes de estratégias comerciais específicas e condições de mercado momentâneas que refletem tão somente o interesse individual de determinadas empresas, seja no afã de se sagrarem vencedoras de contratos “milionários”, seja com o interesse de obtenção de acervo técnico parcial para uso em competições futuras, colocando em risco a execução do contrato como um todo e prejudicando a funcionalidade das obras.</p> <p>Essa é uma realidade vista cotidianamente e que não pode ser desprezada, ainda que se tenha mecanismos sancionatórios para remediação dos danos causados.</p> <p>Ao tempo em que o eg. Tribunal recomenda o uso de valores homologados, também recomenda o respeito ao princípio da ampla competitividade e da livre concorrência. A adoção indiscriminada e isolada de preços homologados elimina a concorrência no certame e gera vantagem competitiva ilegal.</p> <p>De acordo com o art. 31, §2º da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e o Decreto Federal nº 7.983/2013, a formação do orçamento estimativo deve refletir o custo real da obra, sendo baseada em composições de custos oficiais (SINAPI, SICRO) ou pesquisas mercadológicas idôneas e atualizadas, senão vejamos:</p> <p style="padding-left: 40px;">“Art. 31, § 2º O orçamento de referência do custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou no Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários, devendo ser observadas as peculiaridades geográficas.”</p> <p style="padding-left: 40px;">Considerando o Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, tem-se que os critérios para a realização de pesquisa de</p> | <p>O valor estimado da contratação foi elaborado com base em metodologia expedita, utilizando valores paramétricos obtidos de obras públicas similares, especialmente os Batalhões da Polícia Militar do Distrito Federal (2º, 14º e 15º BPM). Os valores foram atualizados pelo índice INCC até novembro de 2024, garantindo compatibilidade com os custos praticados no mercado.</p> <p>Inicialmente, o orçamento havia sido apresentado com o valor de R\$ 69.483.047,88 (base: julho/2023). Entretanto, em cumprimento à Decisão nº 3919/2024 do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), o orçamento foi reformulado, observando com rigor técnico todas as orientações expedidas pelo órgão, especialmente:</p> <p>A exclusão de paradigmas inadequados, como os da CBMDF e PRF/MA;</p> <p>A adoção de valores efetivamente homologados em certames anteriores, em substituição aos valores meramente referenciais — ponto este destacado pelo TCDF;</p> <p>A indicação da obra do 15º BPM como parâmetro válido e comparável ao objeto atual.</p> <p>É importante destacar que o uso de valores efetivamente homologados — e não apenas estimativas ou referências de mercado — foi uma determinação</p> |

mercado estão descritos no art. 41, devendo-se observar os seguintes parâmetros:

“§ 1º Para a contratação de bens e serviços, excluídos os de engenharia, o procedimento de pesquisa de preços a ser realizado nas licitações deverá observar os seguintes parâmetros:

I- painel de Preços disponível no endereço eletrônico

<http://paineldeprescos.planejamento.gov.br> ou outra ferramenta equivalente;

II- contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III- pesquisa publicada em mídia especializada, banco de preços, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

IV- pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.”

Diante disso, solicita-se o esclarecimento quanto à metodologia efetivamente adotada para a definição do valor estimado da presente licitação, especialmente se foram observadas as diretrizes do art. 31, § 2º, da Lei nº 13.303/2016, do Decreto nº 7.983/2013 e do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, no sentido de garantir a adequação do orçamento às composições de custos oficiais ou pesquisas mercadológicas idôneas, e se houve a devida ponderação quanto aos riscos de comprometimento da competitividade e do equilíbrio econômico-financeiro da futura contratação ao se utilizar, como referência, valores homologados em certames anteriores.

expressa do TCDF.

A metodologia expedita adotada está amparada no **princípio da compatibilidade com o mercado**, conforme previsto no **art. 42 do Decreto nº 7.983/2013**, que permite a utilização de valores obtidos de obras similares, e está em consonância com o entendimento do **Tribunal de Contas da União (TCU)**, conforme o **Acórdão nº 2622/2013 – Plenário**, que reconhece como válida a metodologia paramétrica.

Reforça-se que todas as determinações do TCDF foram rigorosamente observadas, resultando em um orçamento final de **R\$ 65.162.806,67**, técnica e juridicamente validado e alinhado aos parâmetros oficialmente aceitos pelos órgãos de controle.

2. DAS INSTALAÇÕES

Observa-se que as obras consideradas pela Administração Pública para balizar a estimativa paramétrica de custo, são obras de área variando entre 2.000m² e 2.700m² que apresentam um escopo técnico substancialmente inferior ao previsto para o 6º BPM.

A edificação do 6º BPM, com área construída superior a 14.000 m², demanda a execução de diversos sistemas de instalações técnicas complexas, que não constam nas obras anteriormente utilizadas como referência para a formação do valor estimado, conforme pode ser visto no item 9 do edital:

“9.1. A presente contratação tem por objetivo a entrega final pela CONTRATADA, em condições de funcionamento, da sede do 6º BPM/unidades policiais militares associadas e para tal está incluído o seguinte escopo: a) Elaboração de projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, com respectivos

As instalações previstas para o **6º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (6º BPM)** estão descritas de **f o r m a conceitual e orientativa** nos cadernos técnicos fornecidos pela Administração.

Por tratar-se de **contratação integrada**, nos termos do **art. 42 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais)**, caberá à empresa contratada a responsabilidade pela **elaboração dos projetos**

memoriais descritivos e caderno de especificações e planilha orçamentária, incluindo equipamentos e layout de mobiliários e suas especificações, observando o Building Information Modeling (BIM) e os elementos e contornos definidos no anteprojeto de arquitetura e de engenharia fornecido no Certame, submetendo-os à aprovação nos órgãos competentes; b) Elaboração de estudos e emissão das licenças ambientais, alvarás, autorizações e aprovações; c) Execução das Obras: fundações e estrutura; arquitetura e elementos de urbanismo; instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas e eletrônicas, de mecânicas e de utilidades e de prevenção e combate a incêndio; d) Elaboração do “Como Construído”, Manual de Uso, Manutenção e Operação e Treinamentos, incluindo a utilização do processo BIM. e) Passeios e vegetação (urbanismo) externos ao lote; f) Recuo de vias e sinalização para acesso ao lote; g) Recuperação de vias e calçadas afetadas pela obra; h) Paisagismo e urbanismo internos do lote; i) Ligações das redes internas às redes externas ao lote (redes de esgoto sanitário, de abastecimento de água potável, de águas pluviais, e de energia elétrica); j) Supressão vegetal; k) Comunicação visual e sinalização interna; l) Geração de energia fotovoltaica; m) Reservatório de amortecimento, caso necessário; n) Remoção de redes públicas existentes no lote junto às concessionárias; o) Providências junto às concessionárias quanto às Extensões ou remanejamento de redes públicas, caso necessário. p) Subestação (quadros, transformadores, geradores, reservatório de combustível); q) Equipamentos de climatização; r) Elevadores; s) Equipamentos de sistema de CFTV; t) Sistema de antenas coletivas de TV; u) Equipamentos do sistema de controle de acesso (cancelas, portões motorizados etc.); v) Ensaios; w) Quadra poliesportiva (traves, cesta de basquete, pintura etc.). x) Aquisição e instalação das poltronas do auditórios seguindo padrões da PMDF. y) infraestrutura e obra civil necessária ao fornecimento e instalação de equipamentos, bem como os testes e comissionamento, necessários ao perfeito funcionamento destes.”

Tais sistemas elevam não apenas o custo direto da construção, mas também demandam projetos executivos especializados, comissionamento, instalação de dispositivos de alta tecnologia e infraestrutura predial robusta.

Portanto, não é tecnicamente aceitável utilizar como parâmetro comparativo de obras que não possuem tais sistemas complexos, sob pena de distorção grave da real necessidade de investimento público e violação do princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

Novamente fazendo menção ao art. 41 do RLC da NOVACAP, o § 4º estabelece que se deve observar as especificadas de cada projeto para a

básico e executivo de todas as instalações, compreendendo todas as disciplinas necessárias ao perfeito funcionamento da edificação.

Esses sistemas deverão ser projetados e executados pela contratada, que poderá definir **as soluções técnicas mais adequadas,** desde que atendam aos **requisitos de desempenho, funcionalidade e segurança** estabelecidos nos cadernos técnicos e no Termo de Referência.

Em relação ao questionamento sobre as obras de referência utilizadas no orçamento estimativo, esclarece-se que, embora apresentem áreas construídas entre **2.000 m² e 2.700 m²,** tratam-se de **edificações com complexidade técnica e funcional semelhante à do 6º BPM,** especialmente no que diz respeito à tipologia construtiva, uso institucional, padrões de instalação predial e sistema operacional.

Adicionalmente, destaca-se que tais obras **representam os maiores paradigmas disponíveis no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal** à época da elaboração do orçamento, e todas foram **validadas expressamente pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).** Inclusive, conforme a **Decisão nº 3919/2024,** o TCDF **determinou a substituição de algumas amostras e a inclusão de outra obra (o 15º BPM)** como parâmetro

definição do valor máximo admitido, conforme pode ser visto adiante:

“§ 4º Durante a pesquisa de preços, os valores coletados devem ser analisados de forma crítica e a estimativa do valor da contratação considerará todas as situações capazes de influenciar no preço final do bem ou serviço, tais como: I - detalhes da especificação; II - forma de execução; III - quantidade a ser adquirida e tipo de embalagem; IV - prazo e local de entrega; V - forma de pagamento; VI - condições de manutenção e garantia.”

Diante do exposto, considerando a significativa discrepância entre o escopo técnico da obra do 6º BPM e das obras utilizadas como referência para a formação do valor estimado — especialmente no que tange à complexidade das instalações técnicas previstas —, solicita-se esclarecimento quanto aos critérios objetivos adotados para justificar a compatibilidade entre tais empreendimentos.

obrigatório, reforçando o compromisso da Administração com a representatividade e a compatibilidade dos dados adotados.

Todos os sistemas previstos para o 6º Batalhão — seja em seu conjunto global ou em subsistemas específicos — foram considerados no orçamento, seja por meio dos **valores paramétricos das obras similares**, seja por **ajustes proporcionais técnicos e funcionais**.

Tais parâmetros foram devidamente ajustados para refletir a realidade do objeto licitado, considerando:

Atualização dos custos para a **data-base de novembro de 2024**;

Ajuste proporcional à área do 6º BPM;

Inclusão dos **sistemas prediais exigidos para o pleno funcionamento da unidade militar**.

Essa metodologia encontra respaldo no **art. 42 do Decreto nº 7.983/2013**, que autoriza a utilização de parâmetros referenciais tecnicamente justificados, e está em conformidade com as **melhores práticas orçamentárias** e com os entendimentos do TCU e do TCDF.

A Administração forneceu apenas o **anteprojeto de arquitetura**, complementado por **cadernos técnicos com diretrizes funcionais e de desempenho**. Tais documentos têm caráter **orientativo**, cabendo à contratada propor os projetos finais e os

| | |
|--|---|
| | sistemas construtivos mais adequados ao alcance dos objetivos propostos. |
| <p>3. DAS ESTRUTURAS</p> <p>A elaboração do orçamento base para o valor estimado da contratação, ao utilizar como parâmetro as obras anteriores, desconsidera a estrutura de fundação e superestrutura necessárias para construir o 6º BPM, com área construída superior a 14.000 m², muito maior do que os utilizados como base.</p> <p>A construção do 6º BPM demanda soluções estruturais significativamente mais robustas, incluindo fundações reforçadas com estacas moldadas in loco e blocos de coroamento de alta capacidade, além de uma superestrutura com lajes, vigas e pilares de maior porte para suportar grandes vãos e múltiplos pavimentos. Isso acarreta aumento expressivo no consumo de concreto, aço, armaduras e fôrmas por metro quadrado. Soma-se a isso a previsão de dois helipontos na cobertura, exigindo reforços estruturais específicos, lajes de alta resistência e sistemas de amarração adicionais, o que eleva de forma substancial o custo da fundação e da superestrutura.</p> <p>Obras menores possuem modulação estrutural simplificada e cargas distribuídas com menor exigência técnica, permitindo o uso de soluções estruturais econômicas. Portanto, não é técnica ou economicamente justificável utilizar o mesmo custo paramétrico de uma edificação térrea e/ou compacta para uma obra institucional de grande porte e alta densidade estrutural como o 6º BPM.</p> <p>Diante da expressiva diferença de porte e complexidade entre a obra do 6º BPM e as edificações utilizadas como parâmetro para a formação do valor estimado, solicita-se esclarecimento quanto à justificativa técnica adotada pela Administração para considerar adequados os custos paramétricos extraídos de obras de menor porte e complexidade estrutural.</p> <p>Em especial, requer-se que seja informado se, na elaboração do orçamento base, foi realizada alguma análise comparativa que considerasse a necessidade de fundações profundas, estruturas de grande porte, maior consumo de materiais e os reforços exigidos pela previsão de helipontos na cobertura, elementos esses que impactam diretamente o custo global da obra e que não estão presentes nas edificações utilizadas como referência.</p> | <p>As obras utilizadas como referência no orçamento estimativo possuem área construída inferior à do 6º BPM, mas os valores paramétricos foram devidamente corrigidos e ajustados proporcionalmente à área da edificação a ser contratada. São edificações destinadas ao mesmo uso institucional, com padrões operacionais similares e exigência de compatibilização multidisciplinar, o que as torna válidas para efeito de estimativa paramétrica.</p> <p>Adicionalmente, essas obras representam os maiores e mais recentes empreendimentos da Polícia Militar do Distrito Federal disponíveis à época da elaboração do orçamento, e todas foram validadas expressamente pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). A Decisão nº 3919/2024 do TCDF determinou, inclusive, a substituição de amostras inadequadas e a inclusão de um novo paradigma obrigatório (15º BPM), reforçando a legitimidade e representatividade dos dados adotados.</p> <p>A metodologia expedita utilizada está amparada em parâmetros técnicos de obras similares e foi formalmente aprovada pelo órgão de controle, atendendo integralmente às recomendações expedidas.</p> <p>Por se tratar de contratação integrada, a empresa contratada será responsável pela elaboração dos</p> |

projetos básico e executivo das estruturas, podendo inclusive otimizar os sistemas construtivos, desde que respeite as normas técnicas vigentes, os requisitos de desempenho e as diretrizes estabelecidas nos documentos licitatórios.

A estimativa orçamentária está, portanto, tecnicamente justificada, proporcional ao objeto e juridicamente respaldada, em estrita observância às recomendações do TCDF e aos dispositivos do **Decreto nº 7.983/2013**, que permite o uso de referências técnicas de obras similares.

A licitação adota o regime de contratação integrada, nos termos do **art. 42 da Lei nº 13.303/2016**, o que transfere à contratada a responsabilidade pela elaboração de todos os projetos, abrangendo todas as disciplinas necessárias à execução da obra. Para isso, a Administração forneceu apenas o anteprojeto de arquitetura, complementado por cadernos técnicos com diretrizes funcionais e de desempenho. Tais documentos têm caráter orientativo e não vinculam a solução técnica final, cabendo à contratada propor os sistemas e métodos construtivos mais adequados ao atendimento dos objetivos estabelecidos.

4. DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS

Além da evidente complexidade estrutural, a obra do 6º BPM incorpora elementos arquitetônicos de alto custo que não estão presentes nas obras de pequeno porte utilizadas como referência paramétrica pela Administração.

Destacam-se, ainda, diversas soluções construtivas de alto padrão previstas

Os elementos arquitetônicos indicados no anteprojeto e nos cadernos técnicos — como **pele de vidro, brises metálicos automatizados**,

no projeto do 6º BPM que impactam diretamente no custo da obra, tais como: fachada ventilada, com subestrutura metálica e câmara de ventilação, que eleva o custo por metro quadrado e exige mão de obra especializada; pele de vidro, sistema de fechamento estrutural contínuo com controle térmico e luminoso, significativamente mais oneroso que alvenaria ou esquadrias simples; brises metálicos automatizados, que demandam motorização, automação predial e estruturas metálicas de suporte; cobertura em shed, com estruturas metálicas reforçadas, iluminação zenital e sistemas de vedação elaborados; e tratamento acústico em auditório, com forros, divisórias técnicas e revestimentos específicos — elementos inexistentes nas obras de menor porte utilizadas como base de comparação.

Dessa forma, o custo por metro quadrado da arquitetura do 6º BPM é substancialmente superior em razão da qualidade dos materiais, tecnologias construtivas e exigências de desempenho térmico, acústico e luminoso, o que invalida a utilização de valores médios de obras simples, térreas ou com especificações convencionais para o cálculo do orçamento.

A mera atualização monetária de preços antigos, sem considerar a complexidade e as soluções técnicas de alto padrão exigidas para esta obra, resulta em um valor estimado subdimensionado e incompatível com a realidade de mercado.

Diante das considerações expostas, solicita-se esclarecimento quanto à metodologia adotada para a definição do valor estimado da contratação, especialmente no que se refere à compatibilidade entre os elementos arquitetônicos previstos para a obra do 6º BPM e aqueles presentes nas edificações utilizadas como referência paramétrica.

sheds, fachadas ventiladas, tratamento acústico e outros acabamentos especiais — foram apresentados como referências conceituais e sugestões de inovação pelo projetista, e não constituem exigências obrigatórias da Administração.

Por se tratar de **contratação integrada**, nos termos do **art. 42 da Lei nº 13.303/2016**, caberá à empresa contratada a responsabilidade pela **elaboração do projeto completo** e pela definição das **soluções técnicas e construtivas**, desde que respeitados os **parâmetros mínimos de desempenho, segurança, funcionalidade e conforto** estabelecidos no edital e nos cadernos técnicos.

Além disso, os elementos citados possuem natureza **meramente expositiva**, indicando **possibilidades de solução arquitetônica** que atendam aos requisitos qualitativos desejados, mas **que podem ser substituídos por alternativas técnicas equivalentes ou superiores**, desde que comprovadamente atendam às exigências de desempenho e à compatibilidade com os demais sistemas da edificação.

Dessa forma, a presença desses itens no anteprojeto **não vincula sua adoção obrigatória na proposta da contratada**, conferindo à licitante plena liberdade para propor **soluções técnicas inovadoras e economicamente mais vantajosas**, desde que

| | |
|--|--|
| | <p>respeitado o escopo funcional da edificação.</p> <p>Conclui-se, portanto, que a parametrização utilizada no orçamento estimativo está adequada à complexidade da edificação proposta, enquanto as soluções arquitetônicas definitivas deverão ser desenvolvidas e justificadas tecnicamente pela contratada, no momento da entrega dos projetos exigidos pela contratação integrada.</p> <p>A licitação em questão adota o regime de contratação integrada, conforme previsto no art. 42 da Lei nº 13.303/2016, o que transfere à empresa contratada a responsabilidade pela elaboração de todos os projetos básico e executivo de engenharia e arquitetura, abrangendo todas as disciplinas necessárias à completa execução da obra.</p> <p>Nesse contexto, a Administração forneceu apenas o anteprojeto de arquitetura, complementado por cadernos técnicos com diretrizes funcionais e de desempenho. Tais documentos têm caráter orientativo, não vinculando a solução técnica final, cabendo à contratada propor os sistemas e métodos construtivos mais adequados para o atingimento dos objetivos estabelecidos.</p> |
| <p>5. DOS PREÇOS DAS POLTRONAS</p> <p>Para a definição do valor das poltronas a serem utilizadas, foram realizadas cotações de preços. No entanto, as cotações adotadas datam de outubro de</p> | <p>Com relação às poltronas previstas para os ambientes do 6º Batalhão da Polícia Militar do Distrito</p> |

2023, enquanto a data-base do orçamento é novembro de 2024. Isso representa uma defasagem de 12 meses, período em que os preços podem ter sofrido variações significativas, sem que houvesse qualquer atualização nos valores considerados.

Adicionalmente, verificou-se que a Administração não aplicou o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) diferenciado de 15,28% sobre o valor das poltronas, o que compromete a representatividade do custo estimado em relação à realidade de uma contratação pública, uma vez que o BDI é essencial para contemplar os encargos indiretos incidentes.

Diante do exposto, solicita-se esclarecimento quanto aos motivos da não atualização das cotações utilizadas e da ausência de aplicação do BDI específico, considerando a necessidade de assegurar a compatibilidade dos custos com as exigências da contratação pública.

Federal, informa-se que as cotações utilizadas na composição do orçamento foram obtidas em **outubro de 2023**, ou seja, **mais de seis meses anteriores à data-base de novembro de 2024**.

Contudo, considerando que se trata de um **único item** dentro de um orçamento elaborado por **metodologia expedita e parametrizada**, a defasagem identificada — aliada à ausência da aplicação do **BDI específico de 15,28%** — representa uma diferença de aproximadamente **R\$ 150.000,00**, equivalente a **menos de 0,25% do valor global do orçamento estimado** (R\$ 65.162.806,67).

Esse impacto é considerado **residual e tecnicamente irrelevante**, não comprometendo a **consistência, representatividade nem a validade do orçamento como um todo**, conforme entendimento consolidado do **Tribunal de Contas da União (TCU)** no **Acórdão nº 325/2010 – Plenário**, que admite:

“Margens residuais de variação entre itens orçados são toleráveis, desde que não comprometam a representatividade do orçamento como um todo nem a competitividade da licitação.”

Por fim, destaca-se que **caberá à licitante vencedora o fornecimento integral das poltronas, conforme especificações técnicas estabelecidas no caderno técnico e anteprojeto**,

devendo incluir **todos os custos diretos e indiretos** — como transporte, montagem, tributos, encargos e o **BDI** — em sua proposta comercial.

Ademais, no caso em tela, trata-se de **metodologia expedita**, parametrizada com base em obras similares, conforme determinado pela **Decisão nº 3919/2024 do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)**. A referida decisão reconhece a validade da abordagem adotada, desde que os **valores globais reflitam adequadamente a realidade do mercado e os itens estejam tecnicamente justificados**.

Portanto, ainda que o item das poltronas não tenha sido corrigido integralmente com a aplicação do BDI, o impacto da diferença é **absolutamente residual, não comprometendo a consistência técnica nem a representatividade do orçamento estimado**, que **permanece válido, proporcional e adequado ao objeto da contratação**.

3.2. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Sendo estas as informações, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

4.2. As respostas ao pedido de esclarecimento ficarão disponíveis e serão divulgadas no seguinte endereço eletrônico: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 09/05/2025, às 14:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=170303574)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=170303574)
[verificador= 170303574](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=170303574) código CRC= **C184D108**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00029306/2023-11

Doc. SEI/GDF 170303574